



REINVENTANDO O FEMINISMO :AS MULHERES INDÍGENAS E SUAS DEMANDAS DE GÊNERO.

Alejandra Aguilar Pinto ¹

Introdução

As *mulheres indígenas* no mundo apresentam diferentes situações sociais, causadas principalmente por seus usos e costumes, assim como pela influência da sociedade externa. Contudo, elas a diferença da mulher ocidental, tem uma tripla discriminação causada por sua raça/etnia, ser mulher e sua condição geral de pobreza.

Estudar as mulheres indígenas implica considerar, sobretudo a recente organização política que começaram a desenvolver, tanto internamente e em instâncias internacionais.

Assim o objetivo deste trabalho é analisar a *questão indígena* desde a perspectiva de gênero/etnia, procurando conhecer as práticas político-culturais que neste último tempo têm vindo desenvolvendo alguns setores femininos no movimento indígena com o apoio de organizações de terceiro setor e da sociedade civil.

O foco será a emergência da “*identidade étnica feminina insurgente*”, isto é, aqueles grupos que conseguiram levantar sua voz através de diversas estratégias ou formas de resistência, como são suas organizações/redes políticas próprias ou em aliança com a sociedade civil, no nível local, nacional ou global. Vai-se procurar conhecer os questionamentos ao feminismo “oficial”, acusado de exercer um “colonialismo discursivo” (Mohanty) ao representar às mulheres do chamado Terceiro Mundo sempre como vítimas e sujeitos passivos da dominação patriarcal.

A situação social das mulheres indígenas, aspectos étnicos e de gênero.

O gênero feminino “universal” está marcado pela dualidade ou seu oposto, o aspecto masculino, o qual constitui uma “diferença” que no transcurso histórico foi incorporando características totalmente diferentes ao feminino.

As mulheres no mundo em geral têm passado a enfrentar esta situação, não ficando em uma situação de vantagem, ou seja, constituir um nível positivo ou ativo na divisão feminino/masculino, pois tem se imposto uma visão do feminino como algo passivo, sem autonomia, dependente do lado masculino, o qual possui características que a “complementam”. Esta situação tem influído para que

¹ Doutoranda em Ciência de Informação. Universidade de Brasília-UnB-CID.ale.cinf@gmail.com.



as mulheres (em nível geral) passem por diferentes tipos de violência, pois estas características “naturais” do seu gênero as subjugam ou localizam num estado de minoridade e inclusive de incapacidade. Estas violências identificadas por MACINNON (1995) (abuso sexual, prostituição, pornografia, etc) têm sua base segundo ela na dominação sexual masculina, que cosificou e erotizou a sexualidade feminina, fazendo-a um campo de domínio, o qual quase -se impôs culturalmente, pela via da naturalização, mas que pode ser mudada pelo fato de ser algo histórico-cultural, pois não sempre aconteceu assim.

Considerando as mulheres indígenas como parte de um sistema maior, isto é a humanidade, elas passaram a sofrer também as condições sociais hegemônicas ocidentais, as quais como se indicou têm particularidades muito próprias (coisificação da mulher, pornografia, prostituição, etc.) mas sem esquecer que as mulheres indígenas também têm problemas próprios baseadas em algumas tradições ou costumes, como são o patriarcado, o machismo, alguns ritos religiosos que denigram à mulher , etc.

Contudo existem algumas sociedades indígenas que possuem modelos eqüitativos de gênero nos que homens e mulheres se complementam em suas tarefas dentro da família e na sociedade. (WESSENDORF, 2004, p.4) Assim a maioria das experiências relatadas na revista *Asuntos Indígenas*, dedicada ao tema Mulheres indígenas (n.1-2. 2004) sublinham o fato de que a influência das sociedades dominantes, através da colonização e a repressão, não reestruturaram estes papéis eqüitativos. Muitas mulheres indígenas se vêem agora enfrentadas a condições injustas impostas pelas sociedades dominantes e posteriormente adotadas por suas próprias comunidades.

Alguns fatos o demonstram como o caso dos *sam* da região de Omaheke em Namíbia que perderam seus territórios e trabalham agora para granjeiros brancos e em postos de gado, aonde a vida se organiza de acordo à ideologias raciais e de gênero destes granjeiros. Portanto, a introdução de conceitos de trabalho assalariado masculino e de trabalho feminino como um mero apoio doméstico tem reestruturado, junto com o conceito de propriedade muitas sociedades indígenas.

Também os direitos territoriais são uma questão central para os povos indígenas, aonde as mulheres indígenas têm tido um papel chave, por exemplo, na região dos Grandes Lagos, os direitos das mulheres *twa* foram debilitados pelo sistema de propriedade individual, opostos a seus sistemas tradicionais baseado na propriedade comunitária de terras e bosques. Hoje em dia quando as famílias *twa* possuem parcelas familiares, são geralmente os homens os que são considerados como proprietários, e isto faz às mulheres mais dependentes.



Não obstante como se indicou dentro das mesmas comunidades existem situações que denigram às mulheres indígenas, assim muitas estão tendo uma constante auto-reflexão crítica pois há tradições “que promovem a desvalorização das mulheres...os costumes que tenham os povos índios não devem fazer dano a ninguém” em palavras de uma indígena, desta forma um fato terrível que não tem mudado é a circuncisão feminina, parte das tradições das comunidades pastoralistas de Kenia . Naomi Kipuri indica que “enquanto outros aspectos da cultura têm cambiado ou desaparecido, neste caso até a gravidade do corte se mantêm...” (apud WESSENDORF, 2004 p. 4,)A mutilação genital feminina é uma violação aos direitos humanos das jovens que a sofrem, o fato que já existem nas próprias comunidades incentivos contra esta prática, estas devem ser apoiadas já que “elas [as mesmas mulheres indígenas] podem encontrar alternativas culturalmente apropriadas que eventualmente a podem erradicar” (apud WESSENDORF p.4-5, 2004)

Outras formas de violência contra as mulheres indígenas são como consequência do conflito externo ou no mesmo entorno doméstico em que estão. Em situações de guerras as violações são usadas como táticas para controlar e humilhar sistematicamente a um povo; LASIMBANG (apud WESSENDORF, 2004, p.5) faz notar que as mulheres ativistas passam um risco especial de ser designadas como foco pelos militares.

A discriminação étnica é um outro tipo de opressão no qual estão expostas principalmente as mulheres indígenas, o que incentiva um tipo de violência, assim no caso dos *sam* em Namíbia está a generalizada crença de que são promíscuas e pelo tanto “não se sentem violadas” quando são agredidas, faz uma vulnerabilidade. Nos Estados Unidos estas mulheres hão sido e ainda são vítimas do racismo e o preconceito nos serviços de a saúde e tratamento preventivos (TRASK apud WESSENDORF, 200 p.6 e 4) Ademais destas violências externas existe a domestica, a qual estaria relacionada com o álcool, que muitos homens bebem em excesso, causando uma alteração violenta no convívio com suas famílias indígenas.

A visão geral dos diferentes tipos de opressões que sofrem as mulheres indígenas se deve em parte a sua condição social de serem mulheres, de etnias minoritárias e estarem numa condição pelo geral de pobreza, mas esta situação se deveu, sobretudo no encontro que tiveram com a sociedade ocidental, isto faz refletir sobre a sua situação na história universal pois como já foi em parte indicado as sociedades indígenas já constituem sistemas com suas tradições, costumes e cosmovisões, mas que foram impactadas pelos colonialismo e racismo que modificou radicalmente aquelas valores que poderiam ter valorizado à estas mulheres, impondo novas pautas ou cânones de organização. Apesar desta generalização da violência se podem indicar graus de diferença,



basicamente determinadas pelas condições sociais em que estão inseridas, tanto a nível micro (a própria realidade) e macro, que seria a sociedade envolvente e a mesma globalização.

Mulheres indígenas e participação política, desde o ponto de vista do gênero e o feminismo.

O protagonismo recente de algumas mulheres indígenas no campo político, se deve em parte à influência do feminismo (como ideologia) e pela temática do gênero, que procura a igualdade e equidade na diferença. Contudo, existem poucos estudos de como o tema de gênero e o feminismo têm impactado às comunidades indígenas, principalmente africanas e asiáticas, neste último caso tem surgido através da corrente dos estudos subalternos um pensamento feminista como de autoras como Spivack e Mohanti na Índia.

Na região Norte (o caso dos povos Sápmi) e da América Latina (maias, astecas, quíchuas, etc)tem acontecido uma maior influência e aceitação dessa temática, refletido em estudos pilotos de organismos multilaterais (OEA, BID, CEPAL, etc) e por parte das mesmas mulheres indígenas que através de suas organizações se têm unido em rede ao longo do continente americano, estabelecendo um diálogo com ativistas feministas e com academia.

No caso do feminismo, como se sabe este pensamento surgiu fundamentalmente em países centrais de economias capitalistas, aonde as mulheres sofriam fundamentalmente uma exclusão ou opressão que foi interpretada desde o ponto vista sexual ou econômico, dependendo da corrente do feminismo. Esta situação determinou que o feminismo fosse contextualizado nesse campo, excluindo as vivências de outros segmentos de mulheres, como as indígenas.

Assim o conceito de feminismo foi recebido de distintas formas pelas mulheres indígenas organizadas, sendo incorporado em diversos graus no seu discurso político.

Desde espaços locais, nacionais e transnacionais seus discursos e práticas têm vindo a questionar as visões excludentes dos feminismos latino-americanos e pôr em evidencia as limitações de uma agenda política que parte de perspectivas liberais de igualdade e de visões universalizantes de cidadania.

Poderia-se dizer que estas mulheres têm vindo a enriquecer as agendas políticas feministas latino-americanas e do mundo em geral, forçando-nos a reflexionar sobre a necessidade de construir uma política de solidariedade que parta do estabelecimento de alianças que reconhecem e respeitem a diversidade de interesses das mulheres.



Nas palavras de HERNANDEZ (2008, p.17) existiria “uma preocupação política por construir um *feminismo da diversidade* que considere a pluralidade de contextos nos que as mulheres vivem as desigualdades de gênero e desenvolvem estratégias para sua transformação”.

Assim aspecto destacado são os discursos políticos das mulheres indígenas com um forte potencial emancipatório, que têm ido procurando estabelecer diálogos interculturais, ajudando a construir alianças políticas baseadas no reconhecimento da diferença. Isto em parte se conseguiu com o *Projeto Coletivo Velhas e Novas Espaços de Poder: Mulheres indígenas, resistência Cotidiana e Organização Coletiva*, do qual resultou o livro *Etnografia e historias de resistência, mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas* (2008), procurando recuperar as diversas experiências organizativas das mulheres indígenas que procuram relações de gênero equitativa nas suas comunidades e com a sociedade envolvente. Tendo em conta ademais para as autoras dessa coletânea “que isto deve implicar a capacidade para ver as similitudes contextuais em que acontecem nossas lutas, como o contexto global de dominação econômica que influi nos poderes e resistências locais” (HERNANDEZ, 2008, p.17)

Desta forma as mulheres indígenas organizadas estão criando formas diversas de política cultural, através das quais descentram os discursos de poder sobre a cidadania e a nação, e os discursos hegemônicos do movimento indígena e do feminismo sobre a modernidade e tradição. Num sentido amplo, estão redefinindo o que se entende por política e por *empoderamento*, desde suas lutas coletivas e desde suas práticas cotidianas (HERNANDEZ, 2008, p.18)

Os movimentos indígenas, o começo da participação das mulheres.

Tem ficado demonstrado que a tipificação entre velhos e novos movimentos sociais não resulta útil para analisar as lutas das organizações das mulheres indígenas. Nas ciências sociais em geral existe a tendência a agrupar as organizações indígenas e de mulheres indígenas com as de ecologia, ou os “novos” movimentos pós industriais, dando ênfase na identidade como espaço de mobilização e ao caráter “cultural” de suas demandas. Mas como tem ficado demonstrado no livro intitulado *Etnografia e historias de resistência, mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas* (2008), aonde se relatam diversos casos organizativos de mulheres indígenas, muitas combinam antigas demandas de terra, créditos agrários com demandas “novas” de autonomia e reconhecimento dos direitos coletivos de seus povos ou seus direitos específicos. (HERNANDEZ, 2008, p.22).



A genealogia política de muitas mulheres indígenas organizadas nos leva a experiências prévias de militância dentro de organizações camponesas que centravam sua luta em demandas agrárias e laborais, constituindo em certa forma uma prioridade, mas o aspecto identitário (política de identidade) estava implícito, pois estas demandas giravam em torno à necessidade de reconhecimento de seus costumes e tradições. Existia uma demanda cultural nas demandas econômicas e vice-versa.

A política cultural desenvolvida por estas mulheres através de suas organizações locais, nacionais ou transnacionais tem significado o descentramento dos discursos hegemônicos e uma confrontação nas relações de dominação que acontecem nos diversos âmbitos de poder, ou seja, o discurso feito pelos mesmos movimentos indígenas e a política nacional externa com uma visão universalista e assimilacionista.

Um fato de importância simbólica que apresentou a visibilidade das mulheres indígenas no movimento indígena foi a emergência e seu protagonismo no levantamento indígena de Chiapas no México em 1994, aonde surgiu a *Lei Revolucionaria de Mulheres* que deu a conhecer o Exército Zapatista de Libertação Nacional, reconhecendo-se os direitos das mulheres indígenas a assumir cargos públicos, herdar terras ou decidir sobre seu próprio corpo, direitos que em muitos casos implicariam o quebre com a tradição comunitária.

Descentramentos diversos: a dicotomia tradição-modernidade, o nacionalismo monocultural e a reconceitualização da cidadania.

As pesquisas antropológicas marcaram em geral aos povos indígenas como entidades que se debatiam entre a tradição e a modernidade, mas as mulheres indígenas são as que mais têm posto em tela de juízo essa dicotomia, questionando ademais os diversos indigenismos oficiais e os setores conservadores de suas próprias comunidades, que também têm uma visão dicotômica, isto é, permanecerem dentro da tradição ou mudar com a modernidade. O conceito de tradição como algo estanque que não flui nem muda, tem sido reavaliado, pois este constitui um processo em constante mudança histórica, desta forma demandam mudanças de tradições que as oprimem ou excluem. Assim elas têm assinalado o dinamismo de seus sistemas normativos, pois são construções sociais que não surgido em contextos de relações de poder, que ao igual que a lei nacional, tem tido modificações constantes nos processos sociais complexos dos povos indígenas em constante contacto com a sociedade externa. Esta situação tem influenciado incorporando nos sistemas indígenas



costumes novos, modificando tradições pelo geral através da imposição, ou imperialismo cultural (YOUNG apud HERNANDEZ, 2008).

Como resultado deste contacto inter-étnico existe o potencial real de surgir ou mudar para novos “usos e costumes” que antes não existiam nas comunidades indígenas, como é a construção de uma assembléia comunitária mista. Desta forma as mulheres indígenas organizadas estão lutando tanto dentro de suas próprias comunidades como frente ao estado para legitimar tradições novas, não excludentes.

Por outra parte a tradicional esfera pública de cidadania universal operou mais para excluir às pessoas que não estavam nos cânones da razão e imparcialidade. A lógica da identidade constituiu o fundamento dos estados-nação que procuraram uma imparcialidade universal, no intuito da igualdade de oportunidades, sem considerar diferenças culturais específicas. (YOUNG, 1990)

YOUNG (1990, p.12) indica três funções ideológicas do ideal de imparcialidade: a idéia de um estado neutro, base do paradigma distributivo de justiça; a legitimidade da autoridade burocrática e seus processos hierárquicos de tomada de decisão e a opressão universal de um ponto de vista hegemônico de grupos privilegiados. Todo isto teve como resultado o impedimento de uma inclusão universal e uma participação democrática. (YOUNG, 1990, p.105)

A cidadania universal que ao final se impôs foi branca, burguesa, masculina com qualidades que excluía o corpo, sentimento, aquilo que não fosse razão.

Logo o modelo homogêneo e centralista da nação entrou em crise, se esgotou em parte pela intensificação da globalização homogeneizante que levou a uma maior vinculação dos estados-nação, sobretudo pelo aumento das relações comerciais e as comunicações globais apoiadas nas TICs.

As promessas liberais de igualdade de cidadania, que incentivava a “capacidade dos indivíduos” provocou uma maior marginalização econômica, um racismo e uma falta de capital cultural para amplios setores da sociedade (incluído os povos indígenas), que os impediu de terem acesso a direitos civis, políticos e sociais.

O discurso nacionalista sobre a mestiçagem e igualdade cidadã ao final apresentou ser uma máscara do racismo e etnocentrismo encoberto, que procurou mais a assimilação e o apagamento das diferenças culturais de outros segmentos sociais insertos na nação. Em nome de uma igualdade e da necessidade de construir uma nação moderna, homogênea e mestiça, se negou aos povos indígenas o direito a falar suas línguas, se estabeleceram leis que não entendiam, se deslegitimou a



autoridade de suas instituições político-religiosas pelo chamado “direito à igualdade” (HERNANDEZ, 2008, p.27)

Os indigenismo latino-americanos, baseado no discurso liberal da igualdade, negaram os direitos político/culturais dos povos indígenas, tentando sua assimilação e inclusive eliminação como entidades. Apesar desta igualdade formal não se conseguiu eliminar as diferenças sociais, sobretudo aquelas diferenças que estruturam atualmente o privilegio e a opressão (YOUNG (2000) apud HERNANDEZ, 2008, p.27)

As demandas por uma “nova” cidadania têm acontecido principalmente nos movimentos indígenas de México, Colômbia e Guatemala, suas demandas apontam aqui a um novo tipo de “cidadania cultural” na qual ser diferente étnica ou lingüisticamente frente à forma de uma comunidade dominante, não prejudique o direito a pertencer-no sentido de participar nos processos democráticos do estado-nação. (ROSADO (2000) apud HERNANDEZ, 2008, p.28).

Ademais aconteceria uma demanda de “cidadania diferenciada” em que as especificidades étnicas e de gênero sejam consideradas quando se construa um espaço público heterogêneo, aonde grupos de interesses possam trabalhar em conjunto, mantendo suas identidades (YOUNG (1989, 2000) apud HERNANDEZ, 2008, p.29).

Conclusões.

As mulheres indígenas são um componente da sociedade ocidental, que ao serem parte de outras entidades, como são os povos indígenas, tiveram de fazer frente à imposição de um sistema moral e político que se foi filtrando nos seus costumes e tradições, modificando a maioria das vezes radicalmente suas vivencias de gênero e de etnia.

Como se indicou entre os impactos sofridos por elas esteve a dicotomia público/privado que constitui o fundamento dos estado nação, base moral que teve como finalidade a organizar a vida social em duas esferas excludentes. Como YOUNG (1990, p.97) indicou o ideal de imparcialidade na teoria moral ocidental se expressou numa lógica de identidade, que procurou reduzir as diferenças à unidade. Desta forma o contacto da sociedade ocidental com povos com particularidades culturais, significou um intento de sua assimilação ou destruição por não entrarem nas pautas da universalidade homogênea.

Assim se poderia indicar que as mulheres indígenas têm sofrido no transcurso da sua história diversas opressões, acrescentando-se às vividas nas suas próprias comunidades, baseadas numa tradição cultural, mas pelo fato de ser algo histórico estrutural podem ser modificadas.



Considerar os povos indígenas como entidades estanques, símbolos de um passado, foi uma estratégia dos indigenismos, que imbuídos no ideal da universalidade e a cidadania homogênea, tentaram sua incorporação na ideologia nacionalista. Porém os movimentos indígenas responderam, como indicou ESCOBAR (1995 p.168) a resistência camponesa indígena “reflete mais do que a luta pela terra e condições de vida, ela é, acima de tudo uma luta por símbolos e significado, uma luta cultural” . Assim se pode ver que os povos indígenas na base de suas reivindicações está o assunto cultural-simbólico, que afetou suas condições econômicas, lutando contra a representação do Banco Mundial, autoridades do governo local, quanto à interpretação cultural dos termos mais básicos da economia política: terra, recursos naturais, propriedade, saúde, trabalho, alimento, etc.

Nessa situação têm estado inseridas as mulheres indígenas, as quais indicam em geral que desconsideraram num primeiro momento suas necessidades como mulheres, pois o sentido de comunidade era o fundamental na luta contra a opressão vivida como povo.

A emergência da “*identidade étnica feminina insurgente*” (SANCHEZ, 2004) foi algo sempre latente, que emergiu em diversas instâncias sociais, já fosse própria ou com a participação de agentes externos. No primeiro caso podem ser indicadas as organizações ou rede de mulheres indígenas que faz um tempo começaram a existir em nível local, nacional e internacional. No segundo caso, o pensamento feminista (como ideologia externa) e de gênero, teve um impacto em diversos graus nas comunidades indígenas, mas em geral influenciando positivamente ao mexer na estruturas tradicionais destes povos, e, por conseguinte levando a questionar às mesmas mulheres indígenas sua posição na sua família e comunidade.

Outro fato destacado seria o levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1994, que nas suas filas incorporou importantes setores de mulheres indígenas de diversas etnias, passando inclusive a difundir a *Lei Revolucionaria de Mulheres*, constituindo um documento chave que considera especificamente as reivindicações indígenas.

Bibliografia

ASUNTOS INDÍGENAS, (número dedicado às mulheres indígenas) n.3, 2000.

BADINTER, E. *Rumo equivocado o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.

ESCOBAR, A. *Encountering development*. Princeton: Princeton University Press, 1995.



HERNANDEZ, R. (Edit) *Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas*. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitario de Estudios de Gênero, 2008.516 p.

HERNANDEZ, R. Descentrando el feminismo, lecciones aprendidas de las luchas de las mujeres indígenas. p.15-44. In: HERNANDEZ, R. (Edit) *Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas*. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitario de Estudios de Gênero, 2008.p.15-44.

MAcKINNON, C. *Hacia una teoria feminista del Estado*. Espanha: Ediciones Cátedra Universitária de Valencia, Instituto de la Mujer, 1995.

SANCHEZ, N. *Las mujeres indígenas: surgimiento de una identidad colectiva insurgente*. Asuntos indígenas, n.1-2., 2004.p.42-49.

WESSENDORF, K. *Editorial* (Asuntos Indígenas) n.1-2, 2004.

YOUNG, I.M. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.